CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 751/82 (Processo DREVP nº 0129/82)

INTERESSADO : JOSÉ PABLO CORTÉS

ASSUNTO : Equivalência de estudos e convalidação
de atos escolares

RELATOR : Conselheiro Gérson Munhoz dos Santos

PARECER CEE Nº 1364 /82 - CEPG - Aprov. em 2 / 9 / 82

1. HISTÓRICO:

1.1 - JOSÉ PABLO CORTÉS, brasileiro, estudante, nascido a 21 de fevereiro de 1967, em Caraguatatuba, SP, assistido por sua mãe, dirigiu-se, através de requerimento, a este Conselho, em 04/01/82, solicitando o reconhecimento de estudos e convalidação de matrícula na 8ª série do 1º grau, na EEP "Nossa Senhora Auxiliadora", em Cruzeiro-Est. São Paulo, juntando, para isso, os documentos necessários (fls. 14).

1.2 - A vida escolar do interessado se resume no seguinte:

ANO	SÉRIE	ESTABELECIMENTO	LOCAL	OBS
1974/75	1a/2a	Colégio "Sagrado Corazón de Jesus"	Alicante - Espanha	
1975/76	3a	Colégio "San Antonio"	Alicante - Espanha	
1976/77	4a	Colégio "Imaculada"	Alicante - Espanha	
1977	5a	Colégio "Imaculada"	Alicante - Espanha	um semestre
1978	5a	EPG "Nossa Sra. Auxiliadora"	Cruzeiro - SP	um semestre
1978/79	6a	EGB Ciudad de Baza	Baza, Espanha	
1979/80	7a	Colégio "San Rafael"	Las Palmas. Gran Canaria - Espanha	
1980	8a	Colégio "San Rafael"	Las Palmas. Gran Canaria - Espanha	um semestre

ANO	SÉRIE	ESTABELECIMENTO	LOCAL	CES
1981	8a	EPG "Nossa Sra. Auxiliadora"	Cruzeiro - SP	um semestre (concluído - maio a dezembro)

1.3 - Dos pronunciamentos das autoridades preopinantes, que se manifestaram nos autos, destacamos o seguinte:

1.3.1 - O Senhor Supervisor de Ensino, após analisar os autos, concluiu que:

... "estando o assunto assentado em bases legais e considerando-se principalmente que a família, ao deixar a Espanha, em 1980, desconhecia a vigência da Deliberação CEE nº 17/80, publicada aqui no Brasil, nesse mesmo ano, somos, muito embora conhecendo o Parecer 1.300/81 - CESG, aprovado em 15/08/81, pelo deferimento, já que a equivalência de estudos, em si, nada deixa a desejar, apenas há deficiência de ordem burocrática."

1.3.2 - A Divisão Regional de ensino do Vale do Paraíba, através de seu Assistente Técnico, em sua informação de fls. 35 e 36, examinando a ficha individual do aluno na EEPG "Nossa Senhora Auxiliadora" constatou que o desempenho do interessado foi satisfatório; que o componente curricular Educação Moral e Cívica, obrigatório, no caso em tela, não constou do mesmo processo de adaptação, ficando seu currículo deficiente.

Manifesta-se favorável ao reconhecimento de equivalência dos estudos realizados no exterior, em nível de conclusão da 7ª série de 1º grau, devendo prestar exame especial de Educação Moral e Cívica.

1.3.3 - O Sr. Diretor Regional acolheu as informações, acima citadas, encaminhando a apreciação ao Conselho Estadual de Educação.

1.3.4 - Em 24 de março de 1982, a CEI ratifica os pareceres das autoridades que propõem a convalidação

e remete os autos ao CEE, nos termos do art. 9º da Deliberação 17/80.

- 1.4 - Nos autos consta que há o visto do Cônsul do Brasil na Espanha (fls. 32), faltando, porém, o reconhecimento da firma.
- 1.5 - Constituem peças do processo:
- Livro de Escolaridade, série A, nº 68-749 (fls. 09);
 - Ficha Individual 1978-81 (fls. 29);
 - Certificado de anos de escolaridade - 1ª à 7ª série (fls. 15-16);
 - Ficha anexa - Colégio "Imaculada" - Jesuitas - Alicante - Espanha (fls. 18-20);
 - Certidão de Nascimento.

2. APRECIÇÃO:

O protocolado refere-se ao reconhecimento da equivalência de estudos feitos no exterior e posterior reconhecimento da matrícula na 8ª série (já concluída). Foi obstado o supracitado caso por não conter a firma reconhecida do visto do Cônsul e tradução do histórico escolar do interessado, por tradutor juramentado, ferindo, assim, o art. 1º§ 8º e 3º da Deliberação CEE nº 17/80.

Este CEE já tem apreciado casos assemelhados como no Parecer CEE nº 1.300/81.

3. CONCLUSÃO:

À vista do exposto e em caráter excepcional, os estudos realizados por JOSÉ PABLO CORTÉS, no exterior, podem ser considerados equivalentes aos do nível de conclusão da 7ª série do grau em nosso sistema. Fica convalidada sua matrícula na 8ª série do 1º grau da EPG "Nossa Senhora Auxiliadora", em Cruzeiro, bem como os atos escolares praticados subseqüentemente, desde que logre aprovação em exame especial de Educação Moral e Cívica em nível de 1º grau.

São Paulo, 28 de julho de 1.982

a) Cons. GÉRSO N MUNHOZ DOS SANTOS
Relator

4. DECISÃO DA CÂMARA:

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os Nobres Conselheiros: Amélia Americano Domingues de Castro, Gérson Munhoz dos Santos, Jair de Moraes Neves, João Baptista Salles da Silva, Joaquim Pedro Vilaça de Souza Campos e Roberto Vicente Calheiros.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 28 de julho de 1.982.

a) Cons. JOAQUIM PEDRO VILAÇA DE SOUZA CAMPOS
Presidente

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 2 de setembro de 1982
a) Consº MOACYR EXPEDITO M. VAZ GUIMARÃES
Presidente